

O ensino de documentação museológica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Teaching Museum Documentation at the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Henry Luydy Abraham Fernandes¹
Suzane Tavares de Pinho Pepê²

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.42965

Resumo

Este artigo aborda aspectos do ensino da documentação no curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), instalado no Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira e São Félix, a partir de análise de dados estatísticos institucionais do desempenho discente no componente curricular Informação e Documentação Museológica; de percentuais de Trabalhos de Conclusão de Curso na área de Documentação entre 2010-2018; e de especificidades decorrentes do projeto de Universidade em diálogo com culturas locais, da formação do corpo docente por museólogos, arqueólogos, antropólogos e historiadores da arte. Segundo as análises, há dificuldades enfrentadas pelos discentes tanto no início, a dinâmica universitária ainda não conhecida, quanto nos últimos semestres da graduação, especialmente na redação do TCC. Por fim, considera a documentação museológica fundamental para aplicar conhecimentos e desenvolver práticas na documentação de coleções arqueológicas, objetos artísticos, dentre outros. Também considera a relevância de abordagens sobre processos imateriais em trabalhos acadêmicos, embasados por uma abordagem da Museologia focada em memória, patrimônio e documentação.

Palavras-Chave

Ensino; Documentação museológica; Graduação em Museologia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Abstract

This article addresses aspects of documentation teaching in the Undergraduate Course in Museology at the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), located at the Centro de Artes, Humanidades e Letras in Cachoeira and São Félix. It analyzes institutional statistical data of student performance in the curricular component Informação e Documentação Museologica, percentage of Course Completion Works in the Documentation area between 2010-2018, and specificities arising from the university project in dialogue with local cultures, the formation of the faculty by museologists, archaeologists, anthropologists, and art historians. According to the analyses, there are difficulties faced by students at the beginning, the university dynamics not yet known, and in the last semesters of the course, especially in the writing of the final work. Finally, it considers museum documentation essential to apply knowledge and develop practices in documenting archaeological collections, artistic objects, among others. It also considers the relevance of approaches to immaterial processes in various academic works, supported by a view of museology focused on memory, heritage, and documentation.

Keywords

Teaching; Museum Documentation; Graduation in Museology; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹ Graduado em Museologia, Mestre em Ciências Sociais e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor do curso de Graduação em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Contato: luydy@ufrb.edu.br

² Graduada em Artes Plásticas pela UFBA, Mestre em Arqueologia e História da Arte pela UCL (Bélgica) e Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA. Professora do curso de Graduação em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Introdução

O sistema de ações museológicas abarca diversas especialidades, como documentação, conservação, comunicação, educação e gestão, essenciais ao funcionamento das instituições museológicas e constituintes do campo de estudo, pesquisa e ensino nos cursos universitários de Museologia. Nesse campo, estão presentes diálogos epistemológicos estabelecidos entre a Museologia e outras áreas como Arqueologia, História, Arte e Antropologia e desde as últimas décadas vêm sendo estreitadas as conexões com a ciência da informação e com o discurso sobre memória, patrimônio e cultura.

Neste artigo, abordamos o ensino da documentação no curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) a fim de contribuir para reflexões relativas ao tema, com base em documentos institucionais e na análise de dados quantitativos divulgados pela instituição. Para tal, tratamos da inserção do ensino da documentação no Curso de Museologia e deste na UFRB, estruturada segundo os princípios da *multicampia*, organizada em centros de ensino. A UFRB surgiu no processo de expansão e democratização do ensino superior na Bahia, comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura, sobretudo do Recôncavo baiano. Esta região possui singularidades na sua formação social complexa, multirracial e diversidade cultural (UFRB, 2019-2030: 14).

A UFRB tem grandes desafios, os quais vêm sendo enfrentados para contribuir com a cultura, a ciência e a tecnologia, através do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, nossa proposta é trazer dados sobre o ensino da documentação museológica e a produção de trabalhos acadêmicos por graduandos do curso de Museologia da UFRB, sob a orientação do corpo docente próprio, como meio de analisar essa trajetória entre 2006 e 2018. Este quadro poderá contribuir para oferecer referenciais passíveis de comparações com a trajetória do ensino da documentação em cursos de Museologia em universidades brasileiras e, sobretudo, para situar no âmbito da UFRB seu corpo docente, discente e de egressos do curso de Museologia que pesquisam e/ou orientam trabalhos no campo da documentação, aplicando métodos que servem para proporcionar a informação e construção de conhecimento sobre acervos e outras manifestações do patrimônio arqueológico, histórico, cultural, entre outros.

O Surgimento da UFRB e do Curso de Museologia

Para situar o ensino de documentação é necessário compreender o seu ambiente de inserção e, mais ainda, as conjunturas que levaram ao surgimento de uma universidade pública no Recôncavo da Bahia. Desta maneira, é possível identificar em retrospectiva uma série de acontecimentos encadeados que levaram ao surgimento da UFRB, a segunda universidade federal no estado, do curso de Museologia e, inserido em sua matriz curricular, o eixo de componentes curriculares com foco na documentação museológica. Com base na linha cronológica encontrada no sítio do Memorial do Ensino Agrícola Superior da UFRB³, firmamos marcos que antecederam à criação da universidade, cujo germe provém de uma das primeiras instituições de ensino agrícola no Brasil, instalada no Recôncavo da Bahia:

3 O Memorial do Ensino Agrícola Superior (MEASB) foi criado em 2014, sediado na UFRB, no *campus* de Cruz das Almas, BA.

1859 – Sob a égide do Império é fundado o Instituto Bahiano de Agricultura.

1877 a 1904 – O Instituto Bahiano de Agricultura constituiu a Escola Agrícola que funcionou no atual município de São Francisco do Conde.

1905 a 1938 – Ocorreram diversas reorganizações, mudanças de nome e fechamentos. O Instituto Agrícola da Bahia, de âmbito estadual, torna-se a Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, de âmbito federal.

1931 – O ensino agrícola foi transferido para Salvador.

1938 – A Escola Agrônômica da Bahia foi recriada e interiorizada por decreto, com a finalidade de formar engenheiros agrônomos.

1940 – Colocada a pedra fundamental da construção da Escola Agrônômica da Bahia, inaugurada três anos depois na cidade de Cruz das Almas.

1967 – A então Escola Agrônômica da Bahia foi federalizada e incorporada por decreto presidencial com o nome de Escola de Agronomia.

2005 – Criada a UFRB pelo desmembramento de Escola de Agronomia da UFBA com a constituição dos centros de ensino e respectivos cursos previstos no projeto, tendo sido Museologia um dos primeiros (UFRB, 2018).

Numa outra cronologia, agora dos marcos específicos amplos para o ensino da Museologia no Brasil, podemos sumarizar outra linha transcorrendo de modo independente:

1932 – Criação do curso de Museologia vinculado ao Museu Histórico Nacional (SALADINO; MACHADO, 2016).

1969 – Criação do curso de Museologia na UFBA (VASCONCELOS; SANTANA, 2021).

1979 – O curso de Museologia do Museu Nacional é integrado à UNIRIO (SALADINO; MACHADO, 2016).

2006 – A entrada da primeira turma de Museologia na UFRB.

A partir desse ponto os caminhos da criação da UFRB e do ensino de Museologia se fundem:

2007 – Ministrado o componente curricular Classificação e Documentação Museológica (102h), herdado da matriz curricular do curso de Museologia da UFBA.

2008 – Elaborada a primeira matriz curricular própria pelos docentes do curso de Museologia da UFRB.

2008/9 – Começaram a ser ministrados os dois componentes obrigatórios consecutivos inter-relacionados Informação e Documentação Museológica (68h) e Introdução à Arqueologia (68h).

2011 – Criado o Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA) para reunir acervos e ensinar aulas práticas (SANTOS, 2016).

2019 – Implantado o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio (PPGAP) da UFRB a partir de docentes predominantemente atuantes do curso de Museologia.

Isto posto, percebemos que o nascimento do curso de Museologia na UFRB é o resultado de vários acontecimentos que terminaram por convergir. Até 2006, havia apenas dois cursos de graduação em Museologia no Brasil: o da UNIRIO e o da UFBA. Observando o cenário no estado da Bahia, o surgimento da UFRB responde a uma demanda reprimida por muitas décadas de estagnação do ensino superior brasileiro (BRASIL, 2001), cuja reposta se efetivou em 2006 com o surgimento da UFRB sob a égide da *multicampia*, tendo à época quatro centros (designação preferida em substituição à faculdade), interiorizados em quatro cidades diferentes (Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Amargosa) no ou circundando o Recôncavo da Bahia. Coube à histórica cidade de Cachoeira, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico fora tombado em 1971 pelo IPHAN, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que na época (2006) era composto por três cursos de graduação: História, Museologia e Comunicação Social (UFBA, 2003). A inserção da Museologia é fruto de uma acertada reflexão sobre o potencial local, haja vista o seu prévio reconhecimento referido pelo órgão oficial gestor do patrimônio histórico. Havia também uma notável expectativa popular, pois durante as audiências públicas de debates prévios para a implantação da universidade na cidade de Cachoeira vários integrantes da comissão de criação, bem como outros interessados que futuramente se tornariam docentes concursados da UFRB, reportaram o anseio dos cachoeiranos por formações em humanidades e sociais, dentre as quais o curso de Museologia.

Nos primeiros anos, de 2006 a 2009, os três cursos iniciais do CAHL funcionaram provisoriamente em um edifício anexo ao Colégio Estadual de Cachoeira, onde cada curso dispunha de uma sala, além de 3 salas para atividades administrativas e outra para a biblioteca. Em 2008, algumas disciplinas passaram a ser ministradas no edifício da Fundação Hansen Bahia. Finalmente, em 2009, após morosas reformas/reconstruções no conjunto de edificações da antiga fábrica de charutos Leites Alves, o CAHL era formalmente inaugurado e a maior parte das atividades universitárias transferiram-se para esse espaço chamado rotineiramente de Quarteirão Leite Alves. O LADA permaneceu no edifício da Fundação Hansen Bahia. Atualmente, está em andamento uma reforma no edifício da sede do INSS de São Félix, cuja posse foi transferida para a UFRB. Tal obra visa receber todos os laboratórios de aplicação do CAHL, dentre esses o LADA, e também as pós-graduações — incluindo a Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, criada em 2019 a partir de um núcleo de 5 professores do curso de Museologia — o que deve acontecer em 2022.

A UFRB e o curso de Museologia em números

De acordo com dados de 2018-2019, passados pouco mais de dez anos de sua criação a UFRB contava com 905 professores e 696 técnicos distribuídos em 7 centros de ensino por 7 cidades interioranas. São ao todo 10.529 graduandos, 8.618 egressos nos 64 cursos de graduação e 877 pós-graduandos das 34 pós-graduações (UFRB, 2021). Entre 2005 e 2021 foram 2.215 os titulados que se formaram pela instituição. O perfil desse corpo discente, com base em dados publicados pela instituição, denota certas características, por exemplo: 57,6% dos graduandos são do sexo feminino; 73,2%, cursaram ensino médio em escola pública; 81,8%, são negros; 86,5% desses graduandos têm renda per capita mensal de até 1,5 salários mínimos; 92,3% deles são provenientes da Bahia (UFRB, 2021). Percebemos, por tais dados, uma continuidade no recorte do

público-alvo, conforme o que fora apontado pelo seu reitor ainda em 2017, ao destacar que “em seus 12 anos, a UFRB comemora maioria negra e pobre no ensino superior” (UFRB, 2017).

É possível considerar que esse perfil prevalente do corpo discente demonstre a adequação do alcance histórico das propostas iniciais, o que corresponde a dizer que a UFRB:

[...] surgiu da reivindicação da comunidade em busca da democratização do acesso ao ensino superior na Bahia [...], com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, além de exercer sua responsabilidade social no sentido de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país (UFRB, 2018: 9).

Integrado dentro dessa proposta e tendo natureza emparelhada com a dessa instituição federal, o curso de Bacharelado em Museologia também pode ser mais bem compreendido por suas estatísticas. De acordo com os dados acadêmicos dos cursos de graduação tabulados pelo Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico da Pró-Reitora de Graduação até novembro de 2021 foram registradas 819 matrículas em Museologia⁴. Deste total, 66,5% (545) são mulheres e 33,5% (274), homens. A faixa etária está assim distribuída: até 20 anos são 36 matriculados; entre 21 e 30 anos são 335; de 31 a 40 anos, são 288; de 41 a 50 são 84; de 51 a 60, o número é 56 e com mais de 60, são 20. A origem étnica dos matriculados é assim distribuída: 25,2% (206) declararam-se pretos; 17,9% (147), pardos; 3,8% (31), brancos; e 0,2% (2), indígenas; 0,1% (1), quilombola; 52,6% (431) não informaram. Sobre a origem escolar, vêm da rede pública de ensino 43,8% (359); da rede particular, 7,4% (61); não informaram 48,7% (399). Quanto à forma de ingresso, a distribuição é a seguinte: via SISU – 670; por vestibular – 130; por processo IA/CQ são 7; portador de diploma, 5; rematrícula, 5 (REDASH UFRB, 2021). Noutras palavras, prepondera um público adulto jovem, feminino, que se encaixa nas categorizações de baixa renda, oriundos da rede pública e de maioria preta e parda.

Levando em consideração o desempenho geral, a taxa acadêmica da graduação em Museologia mostra o seguinte status dos discentes no curso: 50,5% (414) cancelado; 22,6% (185) concluído; 20,9% (171) ativo; 4,5% (37) cadastrado; 0,7% (6) ativo formado; 0,7% (6) ativo formando. Isto é, nada menos que a metade dos inscritos abandona ou desiste da formação. Caso se queira conferir a aprovação no curso desde as primeiras turmas, temos o seguinte resultado por ano e semestre abaixo:

Tabela 1 - Taxa de aprovação do curso de Museologia por semestre

Sem.	2006.2	2007.1	2007.2	2008.1	2008.2	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1
%	85,79	80,76	85,77	86,34	92,78	84,19	90,18	78,45	90,67	74,27
Sem.	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1
%	70,89	72,3	82,11	84,45	78,07	81,64	84,58	79,23	83,83	82,2
Sem	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2018.3	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2020.3
%	84,58	79,65	76,76	79,97	100	70,53	68,13	59,19	66,57	98,37

Fonte: REDASH UFRB, 2021.

4 Esses dados são públicos e foram tabulados no portal de avaliação Redash.

O tempo de permanência dos discentes no curso por semestre nos mostra um massivo abandono e/ou retenção nos dois extremos, início e final, entremeados por uma redução e estabilização da taxa que cai para menos de 10% nos semestres intermediários. Vejamos os números: 1º sem - 191 (23,3%); 2º sem - 75 (9,2%); 3º sem - 69 (8,4%); 4º sem - 36 (4,4%); 5º sem - 21 (2,6%); 6º sem - 37 (4,5%); 7º sem - 6 (0,7%); 8º sem - 80 (9,8%); acima do 8º sem - 304 (23,3%). Noutras palavras, dois são os gargalos, ultrapassar o primeiro semestre e fechar o último.

Mais adiante veremos no detalhe que é exatamente o Trabalho de Conclusão de Curso, no caso a escrita de uma monografia, esse segundo e final gargalo. Consideramos que diversas questões contribuem para esses dados que vão do desconhecimento em relação ao campo da Museologia antes do ingresso discente, a ocorrência de discentes que ingressam no curso de museologia já com a intenção de migrar para outro curso, outros que ingressam em segunda opção por seu coeficiente baixo no processo de entrada e nem sempre conseguem superar as dificuldades decorrentes de um ensino médio muito deficiente, chegando à universidade sem domínio da escrita, apesar do profundo conhecimento da cultura local e capacidade de comunicação. A vida acadêmica requer, contudo, o trabalho baseado em teorias e métodos, cabendo ao corpo docente estimular o interesse pela pesquisa e extensão desde o início e incentivar a leitura e a discussão de modo incansável.

Quanto à dificuldade de concluir, entendemos que está associada aos percalços socioeconômicos, sendo a universidade um caminho para estudar, mas também fazer monitoria, iniciação científica e ter acesso a estágios, lembrando que ao se formar o estudante perde a possibilidade de ser estagiário. No extremo oposto, por um imobilismo gerado pela ideia de que ao sair da universidade será necessário continuar a investir na vida profissional, no deslocamento para obtenção de trabalho na área ou ainda de empreender. Nem todos dão prioridade à formatura, sobretudo, os que são mais maduros, pais e mães de família ou por já terem algum vínculo de trabalho ou mesmo uma estrutura familiar que não favorece mudanças. Apesar desta situação, com maior acesso à informação, maior divulgação de pós-graduações no Brasil em Patrimônio Cultural e em Museologia, ultimamente os ingressantes têm chegado com mais informação sobre a área.

Por óbvio, as questões não se devem apenas aos discentes, mas também ao fato de ser uma universidade não plenamente estruturada, cujo corpo docente ainda está complementando a sua formação doutoral. De qualquer sorte, trata-se de um dos cursos de Museologia com os mais altos índices de docentes museólogos de formação (8) em relação à entrada discente de uma turma por ano com cerca de 40 a 50 alunos, isto é, entre 6,25 a 5 alunos por professor museólogo. Além desta relação, deve-se apontar que o curso é propositadamente concentrado em um único turno, haja vista as entradas anuais se alternam entre matutino ou vespertino. Tal distribuição visa sobretudo deixar um turno inteiro para que o discente possa dedicar-se ao trabalho e à obtenção de renda, bem como poder também revisar os conteúdos ministrados.

A documentação museológica no ensino de Museologia na UFRB

Voltando a atenção agora para o mesmo corpo de dados estatísticos oficiais tabulados, desta vez concentrados apenas no componente curricular Informação e Documentação Museológica (IDM), teremos uma ideia pormenorizada

que resulta no desempenho médio para o total dos 454 alunos aprovados em IDM de 2008 até 2021, cuja nota média no componente foi de 6,32. A aprovação por média percentual total fechou em 80,1%; a reprovação por média, em 6,51%; a reprovação por falta, em 8,8%, e os trancamentos, em 4,67%. A faixa de notas dos discentes oscilou de 7 a 7,9 para 220 (48,46%); 0 a 4,9 para 84 (18,5%); 8 a 8,9 para 61 (13,44%); 9 a 10 para 42 (9,25%); 6 a 6,9 para 32 (7,05%) e 5 a 5,9 para 15 (3,3%). Ainda foi verificado que a aprovação variou de 100% em 2008.2 até 58,33% em 2020.2 (REDASH UFRB, 2021). Sendo os dados individuais semestrais para todo o período abaixo discriminados:

Tabela 2 - Taxa de aprovação do componente IDM por semestre

Sem.	2008.1	2008.2	2009.2	2010.2	2011.2	2012.1	2012.2	2013.2
%	75	100	80,76	92,11	60	76,92	75	80
Sem.	2014.2	2015.2	2017.1	2018.1	2019.1	2020.1	2020.2	
%	80	93,94	88,57	86,11	76,47	75	58,33	

Fonte: REDASH UFRB.

Diga-se, a propósito, que a menor taxa de aprovação histórica, 58,33% em 2020.2, verificou-se no conjunto de uma queda drástica geral do curso (vide Tabela 1) em meio à pandemia do novo vírus Covid-19, quando medidas emergenciais de adaptação impactaram a universidade, os alunos e os professores. Como uma das medidas paliativas, somente aprovações foram incorporadas aos históricos, embora as estatísticas de reprovações e trancamentos continuassem computadas, resultando no número apresentado.

Esse denso e indigesto volume de cifras destrincha apenas um de muitos componentes da matriz curricular do curso. Se a princípio pode delinear um quadro pouco compreensível e até desfavorável para IDM – isto é, uma relativamente elevada aprovação média dos alunos (80,1%) em face de uma nota média baixa (6,32) – tal quadro deve ser visto e absorvido em perspectiva, comparando-o com outros componentes dos eixos técnicos do bacharelado em Museologia da UFRB. Assim sendo, pinçamos da mesma fonte dados da outra disciplina do eixo de Documentação (Introdução à Arqueologia), de outros eixos técnicos (Comunicação, Conservação, Teoria) e também do Estágio Curricular e da Monografia. Assim, lograremos posicionar elementos similares no quadro, de modo a poder compará-los. De tal contraste, o que se nota é que IDM não está em nenhum dos extremos das estatísticas, dito de outra forma, não é nem a disciplina de mais insucesso, nem a mais bem afortunada de acordo com as tabulações. Pelo contrário, um escalonamento a coloca numa posição mediana (o terço médio, entre o 6º e o 10º postos) dentre as 15 observadas, sendo a 9ª maior aprovação média, a 6ª menor reprovação por média, a 4ª maior reprovação por falta e 7ª menor por trancamento. Destes, o número que menos se centra é a reprovação por falta, contudo, isso parece se encaixar numa forte tendência de abandono vista nos primeiros semestres do curso, lembrando que IDM é ofertada no 2º semestre. Como já era sabido, os índices mais negativos pertencem à Monografia, com a maior reprovação e retenção no curso.

Tabela 3 - Desempenho médio percentual de componentes curriculares do Bacharelado em Museologia da UFRB

Componente Curricular	Semestre	APR. Média.	REP. Média.	REP. Freq.	Tranc.
Informação e Documentação Museológica	2	80,1	6,51	8,8	4,67
Introdução à Arqueologia	3	74,94	8,19	5,67	11,21
Introdução à Museologia	1	68,06	8,35	19,83	3,76
Teoria Museológica	2	75,81	8,92	9,97	5,31
Teoria do Objeto e Coleções	3	82,95	4,24	3,34	9,47
Gestão Museológica	7	91,55	0,94	3,29	4,33
Expologia	5	83,31	6,7	2,63	7,35
Expografia	6	85,28	9,27	4,01	1,44
Exposição Curricular	7	98,68	0	0	0,9
Conservação Preventiva de Bens Culturais	3	70,32	19,94	5,19	4,54
Práticas Laboratoriais de Conservação de Bens Culturais	4	86,16	5,76	2,68	5,4
Preservação Preventiva Aplicada em Bens Culturais	5	91,16	1,76	4,97	2,11
Pesquisa Museológica / Projeto Monográfico	7	85,39	7,78	2,99	3,83
Monografia	8	41,3	28,07	21,92	8,71
Estágio Curricular	8	76,95	17,39	1,94	3,72

Fonte: REDASH UFRB.

Ao longo desses 16 anos, dois foram os professores que ministraram o componente IDM, um graduado pela UFBA, entre 2008 e 2014, voltando de 2019 em diante. Entre 2015 e 2018 o encargo coube a uma professora formada pela UNIRIO. Consultando a ementa do componente curricular veremos que seu enfoque é:

O estudo dos vários objetos de Museu e suas modificações ao longo do tempo. Compreensão das atividades do tratamento documental das coleções e acervos. Abordagem dos subsídios fundamentadores das práticas documentais e as suas respectivas transformações. A evolução das modalidades de controle em face ao conceito do objeto para a Museologia (AUDEBERT et al., 2010: 51).

Na distribuição da matriz curricular, IDM compõe o 2º semestre do curso, tendo carga horária de 68 horas, sendo 34 teóricas e 34 práticas. Na sequência, no 3º semestre é oferecido o componente Introdução à Arqueologia, de mesma distribuição horária teórico-prática 34/34h. Além destes dois, obrigatórios, também perfazem o eixo da documentação museológica outros seis componentes optativos: Museologia Aplicada a Acervos I (Mobiliário) e II (Indumentária), com 68h cada; Tópicos Especiais em Museologia I e II (68h cada); Análise de Coleções Arqueológicas (34h) e Arqueologia Brasileira (68h).

Por fim, além da Atividade Curricular necessária para integralizar a formação, o Projeto Pedagógico do Curso exige a realização de um Estágio Curricular com um mínimo de 128 horas de atividades práticas para as quais o graduando elabora um plano de trabalho e o submete, via edital de estágio obrigatório da UFRB, a uma das instituições previamente cadastradas que disponibilizam as vagas para a aprovação (AUDEBERT et al., 2010). O estagiário contará com um professor do curso como supervisor e um profissional, preferencialmente museólogo, como seu supervisor direto na instituição que o acolherá. Seguindo os ditos trâmites, o LADA é um dos espaços que continuamente oferece e recebe 10 estagiários regularmente por semestralmente. O foco das atividades

práticas recai na documentação museológica e também nas interfaces entre este campo e a arqueologia, tendo em vista a natureza das coleções abrigadas no laboratório.

A execução da ementa do curso se dá via formulário modelo padrão da UFRB, denominado Plano de Curso. Embora tenha passado por algumas modificações ao longo do tempo, basicamente apresenta ao discente um cabeçalho com dados gerenciais administrativos peculiares ao serviço público, a ementa, os objetivos da disciplina, o conteúdo programático, a metodologia de ensino, as formas de avaliação e uma bibliografia básica de 5 títulos e complementar sem limite, desde que haja exemplares na biblioteca do Centro. Observando tais dados é possível ter uma noção da formação dada aos alunos. Como não poderia deixar de ser, a pandemia fez com que se tornasse corrente o recurso a bibliografias disponíveis por acesso via rede digital (Internet), que passaram a ser inseridas nos Planos de Curso.

Os aportes teóricos do curso envolvem o triângulo conceitual objeto / informação / documento em suas transformações e ampliações de abrangência ao longo do tempo (LOUREIRO, 2019). A percepção sobre os eixos administrativos, científicos e comunicativos da documentação são explorados a partir da bibliografia (dentre outros CAMARGO-MORO, 1986; PADILHA, 2014) e com o manejo de conjuntos de peças. De maneira sensível, é na parcela prática do componente que se situam alguns entraves específicos da UFRB, sendo o mais incômodo deles a inexistência de um museu de aplicação. Cachoeira e as cidades circunvizinhas contam com algumas instituições de cunho museológico com particularidades no que diz respeito aos volumes e naturezas de seus acervos, bem como nas condições de infraestrutura das instituições. Como se sabe, uma prática didática de aplicação da documentação museológica inevitavelmente acarretaria falhas, equívocos e potenciais danos ao longo do manuseio dos objetos. Tais riscos, face às características dos acervos das instituições próximas, tornam limitados e até inviáveis os exercícios práticos com estes citados acervos locais. Uma das formas de reverter esta carência foi a proposta de formação de uma coleção didática na universidade. Logo nas primeiras turmas as experiências práticas descritivas, classificatórias e de marcação foram executadas sobre diversificadas peças trazidas pelos próprios alunos. Percebendo esse engajamento espontâneo foi proposta a doação de objetos visando à formação de uma coleção didática, sobre a qual se passou a aplicar o conjunto de ações práticas. Uma das principais vantagens de tal conjunto é a permissibilidade para os erros/correções/acertos e a sua variedade, atributo que torna indispensável ao aluno munir-se de conhecimentos que atendam às diferentes demandas dos distintos objetos. A outra forma de contornar o problema está no manejo das coleções arqueológicas do LADA, ambiente preferencial de exercício das práxis técnicas. Por fim, as visitas técnicas às instituições da região e aos museus de Salvador e Feira de Santana concedem aos discentes a noção do aparato e do conjunto de atividades documentais em acervos de maior diversidade e volume.

Em quase todas as vezes em que foi ministrado o curso de IDM, a atividade final de avaliação consistiu na elaboração de um projeto formal de documentação museológica sobre um objeto imaterial. A escolha pela imaterialidade, além de propiciar um forte entrelaçamento com as disciplinas de antropologia e suas técnicas de cunho etnográfico, visava dar mais opções aos discentes, deixando-lhes livres para abordar temas que fossem do seu cotidiano, com os quais tivessem mais envolvimento e familiaridade, considerando que tais aspectos favorecem amplamente o aprendizado. Outro fator de peso nessa condução

estava no fato de muitos alunos residirem fora da cidade sede do CAHL. Assim sendo, poderiam eleger temas das suas comunidades aos quais se remeteriam por registros visuais, sonoros, textuais e por meio de subsídios de relatos orais, o que tornaria a investigação mais pessoal, operacional e menos onerosa. Ao longo do tempo, ficou claro que vários desses projetos viriam a se converter, após sucessivos aperfeiçoamentos, na maioria dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) do bacharelado em Museologia da UFRB, como veremos abaixo.

Pensando na culminância da formação acadêmica representada pelos TCCs, um levantamento nos registros do Colegiado de Museologia das 143 obras apresentadas pelos graduandos desde o ano de 2010, quando os alunos da primeira turma (2006) concluíram o curso, até 2018 revela uma prevalência do campo da Documentação Museológica entre os escolhidos para a investigação. Outro fator interessante é a variedade de docentes que orientaram tais trabalhos. Conforme o apontado antes, do início até o presente dois foram os professores que ministraram o componente IDM. Por outro lado, a orientação dos TCCs dentro desta temática está bem disseminada pelo corpo docente, contando até mesmo com professores de formação que não museologia. Ainda assim, a maioria absoluta é de orientações conduzidas por museólogos. Como a universidade conta com técnicos museólogos mestres, um deles também atuou na coorientação de um TCC.

Tabela 4 - Trabalhos de Conclusão de Curso por campo da Museologia (2010 a 2018)

Campo da Museologia	Quantidade	Porcentagem
Documentação	57	39,9
Comunicação	40	28,0
Conservação	27	18,9
Gestão	14	9,8
Teoria	5	3,5
Total até 2018	143	100

Fonte: Colegiado de Museologia. UFRB.

Tabela 5 - Temática dos TCCs dentro da Documentação Museológica até 2018

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acervos, Coleções e Objetos	16	28,1
Acervos de fotografias e documentos	7	12,3
Arquitetura e elementos arquitetônicos	9	15,8
Festividades e manifestações populares	16	28,1
Ofícios e saberes tradicionais	9	15,8
Total até 2018	57	100

Fonte: Colegiado de Museologia. UFRB.

Tabela 6 - Orientadores de TCCs em Documentação Museológica (2010 a 2018)

Orientadores	Quantidade de docentes/ técnico	Orientações de TCCs (%)
Docente do componente IDM	2	27 em 57 (47,4%)
Docente de outros componentes	10	33 (57,9%)
Docente graduado em museologia	9	42 (73,7%)
Docente de outra graduação	4	18 (31,6%)
Técnico museólogo	1	1 (1,7%)
Coorientações	4	

Fonte: Colegiado de Museologia. UFRB.

Com relação à regionalidade dos objetos de pesquisa em si, verificamos um massivo trato concentrando no Recôncavo 52 TCCs, sendo 25 voltados para Cachoeira; 9 voltados para São Félix; 5, para Muritiba; 4, para Maragogipe, 2, para Cruz das Almas, e 1 para cada uma das seguintes cidades: Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Santa Terezinha, Santo Antônio de Jesus; e também 1 abordando o Recôncavo em geral. Somente 4 estudos são centrados em Salvador e 1 em Irecê. Apenas 1 trabalho sai dos limites do estado, indo para Belo Horizonte (MG). O total de cidades chega a 58, pois há um estudo que trata de Cachoeira e São Félix juntas. Ou seja, a intenção de descentralizar a formação acadêmica com a consequente atenção a temas locais, uma das propostas da criação da UFRB, pode ser constatada por meio destes números.

Adentrando os objetos de pesquisa é interessante também desfiá-los. Consultando os títulos e resumos, em seguida classificando-os, estruturamos o seguinte panorama: - Estudos de acervos (divididos em Acervos, coleções e objetos que atinge 16 títulos; Acervos de fotografias e documentos que perfaz 7 títulos); - Festividades e manifestações populares, 16; - Arquitetura e elementos arquitetônicos, 9; - Ofícios e saberes tradicionais, 9. Avaliando a distribuição temática entre a materialidade e a imaterialidade, constata-se uma prevalência de abordagens, 32 casos do trato com objetos tridimensionais para 25, com intangíveis. Com vistas a oferecer uma ideia dos objetos, os nominamos dentro das 5 classes estipuladas abaixo.

- Acervos, coleções e objetos: paramentos litúrgicos de Cachoeira, acervo arqueológico do LADA/UFRB, cachimbos de caulim da Sé de Salvador, acervo arqueológico de Governador Mangabeira, cachimbos de argila da Sé de Salvador, imagens de roca de Cachoeira, imagem de São Bartolomeu em Maragogipe, alfaias de parta do museu de Cachoeira, telas da igreja matriz de Cachoeira, xilografias da fundação Hansen em Cachoeira, coleção de rochas do museu Antares em Feira de Santana, matrizes de xilogravuras do Museu Hansen Bahia em Cachoeira, pinturas de um artista de São Félix, esculturas das deidades do Vaishnavismo em Belo Horizonte, imagens dos Carmelitas na Semana Santa de Cachoeira, acervo da família Passos em Cruz das Almas.

- Acervos de fotografias e documentos: partituras de uma filarmônica em São Félix, fotos da festa de 2 de Julho em São Félix, cartas votivas e ex-votos em Salvador, partituras de uma filarmônica de São Félix, foto panorâmica de Cachoeira e São Félix, partituras de uma filarmônica em São Félix, acervo de fotos do mapeamento arqueológico de Cachoeira e São Félix.

- Festividades e manifestações populares: procissão do Senhor do Bonfim em Muritiba, festa de Iemanjá em Cachoeira, festa d'Ajuda em Cachoeira, festa de São José em São José de Itaporã/Muritiba, carnaval de Maragogipe, esmola cantada em Cachoeira, festa do Divino em Cachoeira, procissão de Nossa Senhora da Conceição em Conceição de Feira, capoeira e samba em São Félix, samba de roda em Muritiba, reggae no Recôncavo, grupo de reisado em Irecê, samba de roda em Cachoeira, feira popular de Cachoeira, festa de Oxossi e Ogum em um terreiro de Candomblé em São Félix.

- Arquitetura e elementos arquitetônicos: sepulturas em Conceição do Almeida, engenho Vitória de Cachoeira, ladrilhos hidráulicos em Cachoeira, cemitério dos Alemães em Cachoeira, lápides da capela do cemitério da Piedade em Cachoeira, painéis de azulejos da Matriz de Cachoeira, murais de Carybé em Salvador, embrechado da igreja de Belém de Cachoeira, monumentos de Muritiba.

- Ofícios e saberes tradicionais: marceneiro em Muritiba, marisqueiras de Maragogipe, vinho artesanal de Santa Terezinha, rezadeira de Santo Antônio de Jesus, casa de farinha em Maragogipe, maniçoba em Cachoeira, azeite de dendê em Cachoeira, espadas em Cruz das Almas, penteados afro em Cachoeira.

Ao menos 12 TCCs, destes e de outros posteriores à tabulação acima, com temas de documentação foram readequados e publicados. Um tratando da Festa do Divino em Cachoeira, no formato livro (SANTANA, 2017). Seis como capítulos de livro, aludindo temas como a interface com a arqueologia (NASCIMENTO, 2020), a produção artesanal de farinha (ANDRADE e FERNANDES, 2020), de azeite de dendê (SANTOS e FERNANDES, 2020), os embrechados de torres de igrejas (SANTOS NETA, 2020), o cemitério dos Alemães em Cachoeira (LIMA, 2020) e os ladrilhos hidráulicos de Cachoeira (SANTOS, 2020). Outros cinco também saíram na forma de capítulos de livro com coautoria do orientador, expondo pontos sobre a documentação de acervos arqueológicos (SANTOS e FERNANDES, 2021), um exemplo da documentação museológica aplicada a um acervo fotográfico digital (SOUZA e FERNANDES, 2021), o estudo de uma coleção de pinturas inglesas (SANTANA e PACHECO, 2021), o saber fazer da maniçoba (SANTOS e PÊPE, 2021) e as experiências com um software de documentação museológica (PEREIRA e SILVA, 2021).

Especificidades do ensino da documentação museológica no curso de Museologia da UFRB

Ainda que reconhecidamente preexista um caminho balizado pelo desenvolvimento teórico-metodológico do campo do conhecimento da Museologia e, nele contido, da documentação museológica, cada universidade segue pendores ao sabor dos ventos locais, modulados em acordo às aptidões do seu corpo docente. Assim, o diálogo sucessivo entre conceitos-chave na formação de coleções – tais como ‘objeto fantástico’ no sentido de sobrenatural; ‘objeto excepcional’ no sentido de incomum; ‘objeto raro’, de cariz quase única; ‘objeto índice’, que melhor representa uma categoria inteira, chegando finalmente ao trivial ‘objeto comum’ – retratam as diretrizes das qualidades esperadas para que peças fossem recolhidas e formassem coleções. Inicialmente tais conjuntos orbitavam espaços devocionais, sendo presentes aos deuses nos templos das musas, depois como relíquias sagradas nas catedrais e santuários, comprovando o poder e a ilustração nos salões e bibliotecas privadas das elites dominantes, até desaguarem nos gabinetes de curiosidades, abertos por fim ao público amplo.

Essa recapitulação episódica serve para destacar o trânsito relacional entre objeto, informação, documento. As interconexões e mútuas influências destes três pontos formam um triângulo elementar para a compreensão e desenvolvimento da documentação museológica. Também nos serve aqui para de-

tectar uma consequência prática: tudo pode ser musealizado (LOUREIRO e LOUREIRO, 2013). Para o nosso foco, podemos entender que tudo pode se tornar acervo de museus. Algo bastante similar, dentro de uma série de transformações teóricas e conceituais muito paralela e convergente sucedeu também à arqueologia ao longo do tempo, como veremos mais adiante.

Abordando os acervos no âmbito do amplo conceito dos modernos museus (ICOM, 2013), constata-se através da observação empírica que as instituições de arte e de história congregam itens na forma de telas, esculturas, mobiliário, indumentária, faianças, objetos de uso pessoal, equipamentos científicos e por diante. Pode-se ter uma boa noção descritiva das categorias destes objetos correndo os olhos pelos tesouros, haja vista seus préstimos para categorização e classificação, bem como a nomenclatura dos possíveis itens (dentre outros FERREZ, 2016; MOTTA, 2006.). Tais coleções reúnem peças significativas e/ou representativas das correntes artísticas, de eventos históricos ou montagens educativas direcionadas à comunicação de determinados aspectos do conhecimento. De modo geral, são exibidas peças com qualidades estéticas, informativas, ilustrativas ou alusivas que as destacam a ponto de serem alçadas à condição de índices, quase sempre carregadas de uma aura de raridade.

Pela mesma via empírica observacional, os museus de história natural exibem espécimes que sejam representativos da sua linhagem, destacando-se pelas propriedades ilustrativas, pelos aspectos anatômicos, servindo como referencial para a identificação por comparação. Também podem realçar alguma variante incomum, servindo para delimitar a normalidade da excepcionalidade. Para esses museus, via de regra, a duplicidade de itens é algo esperado, o que projeta a dimensão do acervo para montantes mais elevados, sobremaneira se centramos a observação na biodiversidade, por exemplo, dos insetos ou das conchas.

O acervo dos museus de Antropologia ou Etnografia foca na produção humana, na variabilidade dos artefatos das mais diversas etnias, recolhidos e contextualizados por descrições dos seus usos, formas de produção e significados. O objeto torna-se parte do discurso interpretativo e, ao mesmo tempo, é o testemunho daquele grupo humano. Ligado a esse modo de interpretar e olhar o mundo estão incluídos os museus de arqueologia. Contudo, como não há a possibilidade da observação direta da atuação das sociedades humanas desaparecidas no passado, o contexto obtido nos sítios arqueológicos reveste-se de enorme peso para o entendimento, de modo que todos os vestígios havidos nas escavações têm imanente potencial informativo e, justo por isso, são intensamente recolhidos, passando a compor os acervos dos museus.

Projetando essas considerações por meio de uma curva hipotética, tendo em vista as dimensões dos acervos em função de cada tipo de museu, é visível que as instituições dedicadas à pesquisa, preservação e exposição, cujo foco é a arqueologia, estarão no ápice do quantitativo de itens, comumente na casa das dezenas de milhares a milhões de objetos que abrigam e preservam. Esse patamar expressivo de peças explica-se pelo amplo leque de ações humanas materializadas em artefatos e pelo grau de fragmentação dos elementos recolhidos. Por outro lado, as escavações com seus direcionamentos de registro se esteiam nas transformações teórico-metodológicas acontecidas no seio da arqueologia ao longo dos séculos XIX e XX, resultando em mais recolhimento de peças (EVANS and MURRAY, 2008; JOHNSON, 2000; TRIGGER, 2004; RENFREW and BAHN, 2008).

O interesse por relíquias desde muito remotamente conduziu às primeiras formas de buscas que não passavam de simples saques a tesouros. A pesquisa propriamente dita surge somente com a preocupação de desenvolver e aplicar técnicas de escavação que serviam de ferramenta para responder a determinadas perguntas teóricas sobre os povos do passado. No século XIX as principais questões a serem respondidas circundavam diretrizes históricas, evolucionistas e difusionistas: - quem eram os povos do passado; - que regiões ocupavam; - quais migrações teriam empreendido e - em que períodos cronológicos isso ocorreria? O embasamento para responder a tais questões presumidamente estaria inscrito na cultura material, de forma especial em determinados artefatos que funcionariam como fósseis guia, ou seja, objetos peculiares ligados, produzidos, utilizados por determinado povo. Portanto, identificar e recolher tais fósseis-guia seria uma excelente forma de entender o passado, ao mesmo tempo permitiria desenhar essa desejada cartografia de um mundo desaparecido.

A partir da segunda metade do século XX novas perguntas entram em cena, agora com um caráter mais antropológico e tecnoeconômico, dizendo respeito às regularidades do comportamento humano (CLARKE, 1978; BINFORD, 1983), quase como uma caça não aos tesouros, mas sim aos padrões: - como as populações do passado se adaptavam ao seu ambiente; - de que modo essa adaptação poderia ser detectada na cultura material; - quais variações são notadas na materialidade de cultura para cultura; - como o ambiente interfere nessa mudança; - quais relações sistêmicas existem entre os sítios arqueológicos? Como não poderia deixar de ser, os testemunhos materiais e os seus contextos ambientais são comparados, tabulados, traduzidos em fórmulas deixando transparecer extremos cientificistas e até positivistas. Portanto, quanto mais contextos e vestígios fossem estudados, maiores chances de identificar as recorrências.

Dos anos de 1980 em diante, marcados pela multiplicidade temática dentro da arqueologia, a pergunta-chave envolvendo os significados simbólicos reflete-se na busca pelo porquê (HODDER; HUTSON, 2003). A cultura material é tomada abertamente como um texto a partir do qual é permitido elaborar um discurso sobre o passado através da interpretação do pesquisador (SHANKS; TILLEY, 1987). Ao mesmo tempo, preocupa-se em como as interpretações dessa cultura material advinda dos sítios arqueológicos pode afetar as sociedades atuais (FUNARI; OLIVEIRA, 2006).

Em outra esfera, agora operacional, no final do século XX, o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia de contrato ou empresarial ligada às demandas do licenciamento ambiental de grandes projetos de impacto (CALDARELLI, 2000) insere uma nova variável que também recai sobre a formação dos acervos nos museus de arqueologia ou em instituições congêneres responsáveis pela guarda de tais espólios. De modo efetivo, o início do 3º milênio assiste ao incremento impressionante de 95% das pesquisas arqueológicas derivadas da tal modalidade empresarial (WICHERS, 2010; FERREIRA, 2013). Em termos pragmáticos, o que resulta desse novo campo, que já surge predominante, é uma vertiginosa avalanche de caixas e mais caixas de artefatos escavados a abarrotarem as reservas dos museus, cujo conteúdo nem sempre se encontra documentado de modo minimamente aceitável, haja vista as lacunas e lapsos na regulamentação oficial concernente à formação e gestão dos ditos bens (COSTA; COMERLATO, 2014, COSTA, 2019, COSTA; FERNANDES, 2020.).

Ao longo desse percurso histórico e impelida pela sua interdisciplinaridade, haja vista seus campos de atuação voltados para quaisquer indícios ligados

à ação humana, a Arqueologia se ramificou em inúmeras especialidades. Tal ampliação refletiu diretamente também sobre o contínuo aumento do espólio extraído dos sítios. Dos estudos iniciais sobre artefatos líticos, cerâmicos e ósseos, logo estendidos para restos de cultivos, bens de manufatura recente e amostras para toda a sorte de análises, não só o volume do que se recolhe cresceu, mas também a natureza e diversidade das matérias-primas daquilo que era coletado. Para entender como tal inflação de acervos afeta os museus e, por conseguinte, a sua documentação é preciso procurar as peculiaridades tanto das práticas de coleta (DOMINGO; BURKE; SMITH, 2015) como dos objetos em si. Confrontar os vestígios arqueológicos com as coleções corriqueiras de outras tipologias de museus é uma forma de identificar suas especificidades. De tal exercício é possível encontrar as características físicas predominantes dos acervos arqueológicos e arrolar 6 desafios a serem confrontados para a sua melhor documentação. De modo geral, os acervos arqueológicos têm:

1. Enorme volume de peças.
2. Estado fragmentário dos vestígios.
3. Dimensões reduzidas de vários objetos.
4. Fragilidade/friabilidade/instabilidade de muitos itens.
5. Frequente impossibilidade de individualizar as peças ou aparente repetição de peças.
6. Baixo apelo expositivo da maioria dos objetos.

Derivados de tais aspectos, os desafios se traduzem na prática em dilemas que os museólogos documentalistas terão de enfrentar: como processar um conjunto tão numeroso, com frequência na casa dos milhares de itens, formado por objetos de pequenas dimensões, como contas de colares ou sementes, quase sempre fragmentos e degradados, cuja composição é instável e friável ao manuseio, aparentemente indistinguíveis uns dos outros, como ocorre entre cacos de cerâmica ou lascas de pedra e sem nenhuma qualidade estética ou integridade e que jamais figurarão numa exposição aos olhos do público? As dificuldades de higienização, consolidação e marcação são as primeiras a serem sentidas. Não são raros os casos nos quais nem mesmo esses 3 procedimentos de manejo iniciais triviais conseguem ser aplicados ao objeto. Assim sendo, sem a possibilidade de apor diretamente na peça o código de marcação do museu, os passos documentais subsequentes ficam comprometidos. A ausência da marcação na peça faz desaparecer a única ponte física que liga diretamente os registros documentais escritos ao objeto material, fonte de toda a informação. O percurso documental tradicional – com instrumentos tais como os livros de registro que reúnem todos os itens do acervo e fichas catalográficas, dentre muitos outros, para o desmembramento das informações a exemplo do que há nas diretrizes internacionais (CIDOC-ICOM, 2014) – é de fundamental valia, contudo, não recobre as idiosincrasias de todas as coleções. Uma amostragem dos procedimentos corriqueiros no trato com coleções arqueológicas é mais bem detalhada quando se olha quem os gera e como são produzidos os acervos e registros de campo (BALLARDO, 2013, BOTTALLO, 1996; COSTA, 2007, FERNANDES; COSTA, 2018 dentre muitos outros).

No âmbito estudantil por vezes há uma visão enviesada das coleções arqueológicas. Tomemos um exemplo banal, contudo, que carrega uma carga simbólica disseminada no atual manejo dos ‘caquinhos’ que formam a maioria das coleções. Entre os estudantes da graduação é reveladora essa alusão pejo-

rativa ao ato de ‘contar caquinhos’ quando querem desmerecer aqueles colegas que se incumbem das tarefas iniciais da documentação dos vestígios arqueológicos. Deixando de lado as troças domésticas que desnudam em que conta alguns têm os fragmentos do refugo dos tempos, uma análise (WICHERS, 2014: 20) das modulações do interesse pelo passado arqueológico brasileiro destaca de forma sintética uma série de transformações, de tal modo a entendermos esse atual menosprezo pelos ‘caquinhos’. A referida autora pormenoriza a construção do ideário de patrimônio da nação em 4 períodos, dos quais pinçamos reveladores posturas em dois: – séc. XIX a 1920, quando se respaldava a busca de vestígios de civilizações antigas que pudessem servir como lastros para a construção da jovem nação brasileira; – 1920 a 50, quando a arquitetura barroca colonial foi preferida para representar os ideais dominantes na construção da nação, pois os fragmentados vestígios arqueológicos não detinham a solenidade de elementos excepcionais de um passado condigno com as riquezas arqueológicas e merecedores de serem exibidos nos museus. Torna-se evidente que as enormes miscelâneas arqueológicas fragmentadas estavam muito longe de atender às expectativas das mencionadas riquezas arqueológicas. Estas, seguramente se restringiriam apenas aos raros artefatos inteiros, considerados obras de arte dignas de figurarem nas exposições, como é frequente constatar nos museus da atualidade.

Considerações finais

No campo da museologia, a paulatina ampliação das peças dotadas de qualidades para serem admitidas nos museus seguiu a expansão do entendimento dos objetos como suportes de informação, que por isso passaram a ser vistos na condição imanente de documentos da atuação humana. Portanto, qualquer item por mais prosaico que seja, é dotado de potencial suficiente para fazer parte de acervos de museus, pois carrega em si testemunhos da sociedade que o engloba. Pode-se dizer que um idêntico caminho foi palmilhado pelos vestígios dignos de serem recolhidos nas investigações arqueológicas. Se, inicialmente apenas alguns artefatos eram tidos por significativos ou representativos e por isso procurados e coletados, hoje, qualquer fragmento, por mais insignificante que pareça, é peça componente de um mosaico contextual, assim sendo, torna-se eivada de informação relacionada às sociedades pretéritas. Portanto, Museologia e Arqueologia articulam-se num enredo interpretativo tomando por base e lançando mão de toda a materialidade disponível na compreensão do mundo, quer seja o passado, quer se trate do presente.

Dito de outro modo, a Museologia e Arqueologia baseiam-se em uma qualidade determinante da materialidade: a capacidade que os objetos guardam de fornecer informações. Essa diretriz máxima põe em contato estreito os dois campos e gera uma explosão na diversidade e nas dimensões dos acervos, o que implica o obrigatório estabelecimento de medidas de controle e descrição mínimas, tanto em campo quanto nos laboratórios. A vertente que toma para si estas tarefas não é outra senão a documentação museológica. Arqueólogos versados ao menos nos princípios instrumentais da documentação museológica preparam melhor suas coleções, em especial quanto ao registro das informações extrínsecas, a partir mesmo da etapa crucial do campo. Nessa via de mão dupla retroalimentada, museólogos que conhecem os procedimentos corriqueiros da recuperação de artefatos nas escavações podem entender e por isso mesmo transpor adequadamente as fontes escritas das campanhas para o sistema documental do museu com menos embaraços.

Pelo exposto, apresentar os desafios, treinar os discentes também no manejo das coleções arqueológicas e fornecer uma visão das singularidades dos museus com acervos desta categoria é uma das tenências do componente IDM da graduação em Museologia da UFRB.

Referências

ANDRADE, Emanuel Silva; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. A produção de farinha na Casa de Farinha de Dêgo In: FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COMERLATO, Fabiana. (Orgs.). *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. p. 85-107.

AUDEBERT, Ana Cristina; SANTIAGO, Camila.; FERREIRA, Cristina; FERNANDES, Luydy; DORIA, Rita. 2010. *Projeto pedagógico do curso de graduação em Museologia*, UFRB, Digitado, Cachoeira, 100 pp.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. *Documentação museológica: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas arqueológicas / UFSM*. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BINFORD, Lewis Roberts. *In pursuit of the past: decoding the Archaeological Record, With a New Afterword*. Berkeley, Los Angeles: University California Press, 2002.

BOTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, vol. 1, n. 6, p. 287-292, 1996.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acessado em: 28 set. 2021.

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Monteiro dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 52-73, dez. 1999/ fev. 2000.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museu: aquisição e documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CIDOC - ICOM. Comitê Internacional de Documentação. Conselho Internacional de Museus. *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos*: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Tradução: Roteiro Editoração e Documentação. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

CLARKE David L. *Analytical archaeology*. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1978.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA. *Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/76cd3d_b7be2f51347b4d2c96bdd1f467358167.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, vol. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 115–131, 2014.

COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. “Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 189-205, 2020.

DOMINGO, Ines; BURKE, Heather; SMITH, Claire. *Manual de campo del arqueólogo*. Barcelona, España: Ariel, 2015.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham.; COSTA, Carlos Alberto Santos. Procedimentos iniciais de documentação sobre coletas arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia – UFRB. *Habitus*, Goiânia, vol. 16, n 2, p. 345-360, jul./dez. 2018.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, p. 87-106, jul. 2013.

FERREZ, Helena Doddy. *Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A Arqueologia do conflito no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; Zarankin, Andrés; Alberioni dos Reis, José Alberioni (Orgs.). *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. Brujas, Córdoba. 2006. p. 87-116.

HODDER, Ian; HUTSON Scott. *Reading the past*, 3.ed. New York: Cambridge University Press, 2003.

ICOM. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. p. 64-67. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf

JOHNSON, Matthew. *Teoría arqueológica, una introducción*. Barcelona, Ariel Historia, 2000.

O ensino de documentação museológica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LIMA, F. L. P. Documentação do cemitério dos Alemães na cidade de Cachoeira, BA. In: FERNANDES, H. L. A. e COMERLATO, F. (Orgs.). *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. P. 145-162.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus 2013. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS, museus e estudos interdisciplinares*, n. 1, p. 1-14, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/78> Acessado em: 04 dez. 2021.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. O objeto de museu como documento: um panorama introdutório. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, n 1, p 13-36, jan./abr. 2019.

MOTTA, Dilza Fonseca da. *Tesouro de cultura material dos índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2006.

MURRAY, Tim; EVANS, Christopher. *Histories of archaeology: a reader in the history of archaeology*, Oxford, University Press, 2008.

NASCIMENTO, G. S. Formação de macrotraços em instrumentos líticos experimentais. In: FERNANDES, H. L. A. e COMERLATO, F. (Orgs) *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. p. 67-84.

PADILHA, Renata Cardoso. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis, FCC edições, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2)

PEREIRA, Luana Freitas; SILVA, Sabrina Damasceno. Mnemosyne, software para documentação museológica. In: COMERLATO, Fabiana; FERNANDES, Henry Luydy Abraham (Orgs.). *Estudos da graduação em Museologia*. E-book. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2021. p. 81-93.

REDASH UFRB. Disponível em: http://painel.ufrb.edu.br/public/dashboards/Di6lAxlrURoCMtOQT0ZSOOGjlnmocyryBYx9O8Blh?org_slug=default Acessado em: 08 dez. 2021.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul G. *Archaeology: theories, methods and practice*. 5. ed. London: Thames and Hudson, 2008.

SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme de Almeida. *A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do curso de Museologia (1932 – 2010)*. Cadernos de Sociomuseologia, n. 7, p. 107- 127, 2016.

SANTANA, Eliezer Francisco de. *Festa do Divino: um traço religioso e cultural na cidade da Cachoeira*. Cachoeira, BA: Portuário Atelier Editorial, 2017.

SANTANA, Jefferson Coelho; PACHECO, Ana Paula Soares. Coleção Inglesa do Museu Regional de Artes. In: COMERLATO, Fabiana; FERNANDES, Henry Luydy Abraham (Orgs.). *Estudos da graduação em Museologia*. E-book. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2021. P. 67-79.

SANTOS, Edna Paixão. e FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Produção tradicional do azeite de dendê em Cachoeira, BA. In: FERNANDES, H. L.A. e COMERLATO, F. (Orgs) *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. P. 108-130.

SANTOS, Aline Marçal. Cores, formas e padrões de simetria, um estudo dos ladrilhos hidráulicos de Cachoeira, BA. In: FERNANDES, H. L.A. e COMERLATO, F. (Orgs) *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. P. 176-197.

SANTOS, Naiara Santana do Nascimento. *Documentação Museológica, gestão e extroversão de acervo arqueológico*. 2016. 88 fl. (TCC). Graduação em Museologia. Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2016.

SANTOS, Naiara Santana do Nascimento; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Documentação museológica de acervo arqueológico. In: COMERLATO, Fabiana; FERNANDES, Henry Luydy Abraham (Orgs.). *Estudos da graduação em Museologia*. E-book. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2021. p. 35-49.

SANTOS, Girlene Ferreira; PÊPE, Suzane Tavares de Pinho. Manicoba: Identidade e Memória. In: COMERLATO, Fabiana; FERNANDES, Henry Luydy Abraham (Orgs.). *Estudos da graduação em Museologia*. E-book. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2021. p. 255 -270.

SANTOS NETA, C. J. F. Embrechados nas igrejas do Recôncavo baiano: proposta documental na igreja do antigo seminário de Belém de Cachoeira, BA. In: FERNANDES, H. L.A. e COMERLATO, F. (Orgs) *Arqueologia e patrimônio cultural na UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)*. E-book. Pelotas: BasiBooks, 2020. p. 131-144.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Social Theory And Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SOUZA, Lise Marcelino; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Fotografias do mapeamento arqueológico do Recôncavo. In: COMERLATO, Fabiana; FERNANDES, Henry Luydy Abraham (Orgs.). *Estudos da graduação em Museologia*. E-book. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2021. p. 51-65.

TRIGGER, Bruce Graham. *História do pensamento arqueológico*. 2 ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

UFBA, 2003. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB: subsídios para a criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA. Salvador, digitado, 79 fl.

UFRB, 2018. Memorial. *Linha do Tempo*. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/linha-do-tempo> Acessado em: 29 out. 2021.

UFRB, 2017. *Em seus 12 anos, UFRB comemora maioria negra e pobre no ensino superior*. Disponível em:

O ensino de documentação museológica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior> Postado em: 28 jul. 2017. Atualizado em: 10/08/17. Acessado em: 02 dez. 2021.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Plano de desenvolvimento institucional. PDI-UFRB 2019-2030, Cruz das Almas. 2018. 124pp. (digitado).

UFRB, 2021. UFRB completa 16 anos em 2021: confira infográfico com números da instituição. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/6230-ufrb-completa-16-anos-em-2021-confira-infografico-com-numeros-da-instituicao> Postado em: 29 jul. 2021. 08:25. Atualizado em: 02 ago. 21. Acessado em 02 dez. 2021.

VASCONCELOS, Mara Lucia Carrett de; SANTANA, Celina Rosa. Etnografia da ciência e acervos arqueológicos: o arquivo pessoal de Valentin Calderón e sua contribuição para a musealização das coleções no MAE/UFBA. *Revista Hawò*, v. 2, p. 1-20. 2021.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/hawo/article/view/68808>
Acessado em 02 dez. 2021.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, vol. 27, n 1, p. 18-39, 2014.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: caminhos da prática brasileira*. 2010, 249 p. (Tese). Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, Portugal. 2010.

Recebido em abril 2022
Aprovado em julho de 2022